

CONFLITOS POLÍTICOS E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA  
EM ALAGOAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA.

*Os primeiros anos do século XX, época em que o governador Euclides Malta esteve à frente do poder em Alagoas, foram marcados por uma sucessão de revoltas populares, tendo aquele governador como seu principal agente. O objetivo deste artigo é reconstituir a trajetória política desse governador e identificar alguns dos elementos que culminaram na sua deposição em 1912, entre os quais a “Operação Xangô”, nome pelo qual ficou conhecido no Estado o episódio que implicou na destruição das principais casas de culto daquela capital e de municípios próximos.*

*Palavras-chave: Euclides Malta; Primeira República; Operação Xangô.*

---

\* Doutor em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor adjunto da Universidade Federal de Sergipe e atualmente, investigador associado do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, onde realiza Estágio Pós-Doutoral. Últimas publicações: Zé do Chalé: o dono da flexa. In: SALA do artista popular. Rio de Janeiro: CNFCP/IPHAN, 2007. p. 11-27. ISSN 1414-3755; Nação Lascada: a arte e a metáfora de Véio. In: SALA do artista popular. Rio de Janeiro: CNFCP/IPHAN, 2005. p. 7-26. ISSN 1414-3755; Operação Xangô: uma etnografia da perseguição. Estudos Afro-asiáticos, Rio de Janeiro, 2004. ISSN 0101-546X.

## INTRODUÇÃO

O objetivo aqui é proceder à análise dos acontecimentos políticos que se desenvolveram no Estado de Alagoas, Brasil, por volta das primeiras anos do século XX, época em que o governador Euclides Malta esteve à frente do poder por mais de uma década, concorrendo para tornar o período conhecido por “Era dos Maltas”, inclusive porque, mesmo quando não esteve como representante máximo de Executivo no Estado, garantiu que pessoas ligadas a ele assumissem a administração pública, conservando, portanto o seu poder político no local. O interesse nesse empreendimento reside no fato de que, a partir de sua biografia, será possível identificar alguns dos elementos que culminaram na sua deposição em 1912, bem como na “Operação Xangô”, nome pelo qual ficou conhecido em Alagoas o episódio que implicou na destruição das principais casas de culto daquela capital e de municípios próximos.

Essa análise, portanto, tem início a partir da consideração de um elemento básico da sua biografia: sua condição de bacharel, aspecto importante para demarcar as particularidades de um perfil que, naquelas circunstâncias, aciona vários símbolos de prestígio, para se fazer reconhecer.

## UM BACHAREL ANACRÔNICO

Euclides Malta inicia seu mandato como governador no dia 12 de junho de 1900, mas seu ingresso na política deu-se precocemente e por via bem comum na época, sobretudo para quem procedia de família de proprietários rurais como ele (TENÓRIO, 1997). Quero me referir ao modelo que ficou conhecido como a “praga do bacharelismo” (HOLANDA, 1995, p. 157), tendência, que teve forte influência na formação da mentalidade brasileira e que consiste numa supervalorização de certos símbolos, entre os quais destacavam-se: carreiras liberais, título de doutor e prestígio da palavra escrita.

Foi por essa via que Euclides Malta enveredou pela carreira pública, já num período bem posterior à fase áurea daquele fenômeno. Portanto, pode-se dizer que tendo nascido em 1861 – no período “interessantíssimo” em que, segundo Gilberto Freyre, nasceram muitos brasileiros cujas biografias serviriam de lastro a interpretações sociológicas dessa época de transição da vida nacional –, ele seria um autêntico representante da ascensão social desse segmento (FREYRE, 1990, p. 255).

A finalidade do bacharel Euclides Malta nesse período era: assegurar o poder familiar, já garantido pela tradicional condição de grandes pro-

prietários rurais e pela patente de Alferes de Milícia do seu pai – outra insígnia do privilégio de classe superior ocupando postos de comando, conservados por brancos ou quase brancos (FREYRE, 2000).

Euclides Malta parece incorporar vários traços da ambivalência que marca essa passagem entre dois tempos e dois mundos distintos. Por exemplo: é um caso típico de indivíduo que buscou através da valorização da educação, mais especificamente da formação em Direito, o caminho para ingressar na vida política, porém, sem dispensar outros atributos, de ordem mais afetiva, adquiridos no interior de uma família tradicional e acionados como importantes credenciais na constituição de sua própria estirpe.

Importante destacar a aliança com o Barão de Traipu, que alinhava uma das figuras políticas de maior peso em Alagoas naqueles primeiros anos de ajustamento da política às imposições do novo regime republicano. Convém esclarecer que Barão de Traipu, por si mesmo uma figura bastante ambígua, foi um dos últimos baluartes da Monarquia em Alagoas, e que, apesar de ter aderido às idéias republicanas, como, aliás, a maioria de seus colegas monarquistas, conservou o título nobiliárquico adquirido no regime anterior, inclusive durante o exercício do seu mandato de governador e na chefia do partido conservador no sul de Alagoas. Isso demonstra a fragilidade dos quadros republicanos alagoanos que se afirmaram em meio à sobrevivência dos velhos políticos do Império. Aliás, como na própria capital da República, sendo que nos recônditos da Federação, a elite oriunda dos quadros da Monarquia que se apresentou na produção do processo de estabilização institucional da Primeira República, não se orientava pelo discurso cientificista e pela competência técnica que marcou a geração de republicanos positivistas (SEVCENKO, 1988, p. 33). A aproximação entre o Barão de Traipu e Euclides Malta se dá através do casamento com a filha daquele, o que revela mais um traço desse hibridismo que marcou a trajetória do jovem bacharel, que se manifesta através da utilização desse antigo recurso de aliança, traço típico de sociedades tradicionais, para garantir o acesso a um regime cuja maior característica era a suposta modernização de sua estrutura política.

Assim, seria em função do apoio recebido do Barão de Traipu, de quem se tornou conselheiro, que Euclides Malta teria conseguido esse acesso aos meios políticos. Inicialmente, ocupou cargos menos vistosos como – promotor público, professor do Liceu de Penedo. Posteriormente, o primeiro mandato propriamente político, como deputado estadual, em cuja função participou da Assembléia Constituinte.

Gilberto Freyre, no capítulo referente à ascensão do bacharel e do mulato faz menção a essa possibilidade reservada aos jovens doutores (casamento com uma moça rica ou de família poderosa), o que garantia, inclusive a alguns moços inteligentes, mas pobres, o ingresso na carreira política. Muitos deles chegaram a ser deputados e até mesmo ministros do Império. Euclides Malta apesar de proceder de um reduto econômico mais favorável, não recusou as vantagens que uma aliança dessa natureza lhe proporcionaria, entre as quais, o papel de genro conselheiro, função tão prestigiada nesse processo de ascensão política dos bacharéis dentro das famílias, conforme atesta o próprio Freyre:

Se destacamos aqui a ascensão dos genros é que nela se acentuou com maior nitidez o fenômeno da transferência de poder, ou de parte considerável do poder, da nobreza rural para a aristocracia ou a burguesia intelectual. Das casas-grandes dos engenhos para os sobrados das cidades. (FREYRE, 2000, p. 612)

Assim sendo, Euclides Malta irá representar a figura que estabelece a ponte entre as estruturas arcaicas de poder, comandadas por coronéis semianalfabetos, dentre os quais o Barão de Traipu figurava como um dos menos ilustrados, e essa nova geração de bacharéis emergentes, inteligentes, mas sem cultura, que circulavam em torno da classe dominante, da qual no mais das vezes, figuravam apenas como ilustres ornamentos. No auge do atrito que mais tarde marcaria o relacionamento entre Euclides Malta e o Barão de Traipu, o jornal *A Tribuna* fornece-nos uma descrição bem singular deste último: “[...] era um matuto rico, mas de pé rachado, cheio de defeitos, de promodes, de antonces, de *Nanje eu*, etc...” (PIPAROTES, 1907, p. 1; MENDONÇA JUNIOR, 1966, p. 76-78).

Outra observação a respeito convém ainda ser feita. Trata-se das formas de tratamento utilizadas pelos presidentes da província, impressas nos relatórios, falas e mensagens. O título de Doutor só aparecera, pela primeira vez, na fala que o Presidente da Província João Lins Vieira Cansansão pretendia dirigir à Assembléia Legislativa, em 3/5/1840. Gilberto Freyre, na obra já referida, afirma que só a partir de 1845, em pleno domínio do segundo Império é que os homens formados começam a ser indicados para a administração de províncias (FREYRE, 2000, p. 610).

O valor argumentativo disso consiste no fato de que o grau de bacharel só será utilizado pela primeira vez nos relatórios alagoanos, em 15/4/1901, coincidentemente, por Euclides Malta. Essa tradição foi mantida nos relatórios posteriores, inclusive por seus aliados. Muitos, porém, na falta de tal titulação, lançavam mão das patentes militares adquiridas

por reputação. Isso nos faz lembrar as análises de Sérgio Buarque de Holanda, segundo o qual:

Numa sociedade como a nossa, em que certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito, as qualidades do espírito substituem, não raro, os títulos honoríficos, e alguns dos seus distintivos materiais, como o anel de grau e a carta de bacharel, podem equivaler a autênticos brasões de nobreza. (HOLANDA, 1995, p. 83)

## EUCLIDES MALTA E O “TEMPO DE POLÍTICA”<sup>1</sup>

A “Era dos Maltas”, nome pelo qual ficou conhecido o longo período em que essa família esteve à frente da política alagoana, apresenta-se como uma ruptura à estrutura administrativa no Estado, naquele tempestuoso início da República. Para ter-se uma idéia da volatilidade que o antecedeu à frente do executivo estadual, basta conferir a relação de governadores que assumiram essa função desde a proclamação da República em 1889 até o início do primeiro mandato daquele governante em 1900. Foram 17 mandatos, exercidos em pelo menos três situações por integrantes de juntas governativas, que apesar do curto período à frente do poder, exerceram a difícil tarefa de facultar a exequibilidade da administração no Estado. No geral, os mandatos não iam além de alguns dias ou meses, sendo poucos os que o cumpriram por mais de um ano. Em apenas quatro períodos administrativos, inclusive três deles imediatamente anteriores à ascensão de Euclides Malta ao poder, a gerência dos negócios públicos pôde ser exercida por um tempo mais largo. Desse modo, na medida em que consegue cumprir os três anos para os quais tinha sido eleito, além de garantir a sua substituição pelo irmão Joaquim Paulo Vieira Malta, e reassumir depois o mesmo posto para o cumprimento de mais dois mandatos, Euclides Malta irá representar um corte no modo de se fazer política no Estado, além de servir como paradigma para as administrações futuras. Portanto, a “Era dos Maltas”, pode ser tomada, embora com cautela, como “A criação de um outro cotidiano”, que não elimina o que está dado, mas interfere profundamente na sua maneira de operar (PALMEIRA; HEREDIA, 1997, p. 170).<sup>2</sup>

<sup>1</sup> A expressão “tempo de política” aqui utilizada para dar título a este tópico, é inspirada nas contribuições de Moacir Palmeira e Beatriz Heredia, que no texto “política ambígua” usam-na para se referir ao período específico das eleições, em que a atividade política desenvolve-se em toda sua potencialidade. É possível compreender o longo período dominado por Euclides Malta, como marcado por uma certa liminaridade, integrada por todos aqueles elementos que permeiam essa condição (PALMEIRA; HEREDIA, 1997).

<sup>2</sup> Em artigo mais recente Moacir Palmeira amplia a noção de “tempo histórico”, relacionando-a com outras noções de “tempo” que permeiam o imaginário das populações camponesas do Nordeste brasileiro, as quais esse autor utiliza para se referir a outras situações da vida social, tais como: festas, safra, plantio, quaresma, greve ou ainda personalidades, instituições e fatos (PALMEIRA, 2002, p. 171-177).

No período em que Euclides ingressa definitivamente na política alagoana, o Brasil assistia à implementação de grandes transformações. O Presidente da República Campos Sales (1898/1902) deu prosseguimento e viabilidade ao projeto republicano iniciado por Prudente de Moraes (1894/1898), primeiro presidente civil do novo regime e representante da oligarquia cafeeira paulista. Seu projeto político implicou na restrição dos militares no poder, encerrando assim, o ciclo militarista da Primeira República. Em contrapartida, favoreceu à ascensão das oligarquias civis, que apesar de já terem obtido algum destaque desde o início da República, reclamavam uma participação mais efetiva na vida política do país. Sob sua batuta, forma-se o Grande Clube Oligárquico, espécie de frente comum da qual ele, na condição de Presidente da República, torna-se o chefe de partido (CARDOSO, 1977, p. 45-47).

Campos Sales prossegue com esse projeto, por um lado, consolidando a participação do núcleo republicano civil de São Paulo e, por outro, inaugurando o chamado “*pacto oligárquico*”, que significou a disseminação do poder oligárquico para além de suas fronteiras locais. A “Política dos Governadores”, outro nome pelo qual também ficou conhecido o mesmo pacto, propunha uma troca de favores entre o presidente e os governos estaduais. Esse é também o nome dado ao sistema, que depois de controlados os focos abertos de oposição, caberia organizar a política, de um modo tal que as “chefias naturais” – expressão direta da dominação oligárquica local – tivessem mecanismos explícitos de funcionamento.

O propósito dessa nova política seria alcançar a unidade do governo, atacando o problema estadual, através da direção de uma minoria. Segundo Edgar Carone, esta representação aristocrática é o cerne do pensamento vigente, o qual defende como garantia de estabilização das atuais oligarquias no poder, o fim das oposições em favor de um maior controle do processo eleitoral sob a tutela das oligarquias estaduais (CARONE, 1975).

Euclides Malta se beneficiará da ordenação política que se apresenta nesse período. Ele próprio um fiel representante em Alagoas das elites agrárias, garantirá sua posição no mapa oligárquico que se desenha por todo o país. Com tal respaldo, deitaria raízes profundas na política alagoana, pacificando os ânimos da classe agrária açucareira, evitando a polarização política entre grupos de Maceió e Penedo ou entre regiões e assegurando o comando indiscutível da política local. Nas sucessivas campanhas em que se elegeu, lançou mão do modo peculiar de fazer política de tais governadores e que tanto caracterizou esse período da nossa história: fraudes eleitorais, duplicatas e violências contra oposito-

res, atuação marcante da figura do coronel e a presença da indefectível instituição voto de cabresto e do “curral eleitoral”.

Contudo, o ato político de maior repercussão promovido por Euclides Malta ainda como governador e também como chefe do Partido Republicano de Alagoas, uma vez que o Barão de Traipu declarando estar cansado retirara-se da atividade política, deu-se por ocasião da escolha do seu sucessor, no caso seu próprio irmão, para concorrer ao cargo de Governador no pleito que se realizaria em 19/04/1903..

A participação de Euclides Malta nesse processo, já vinha se fazendo sentir há algum tempo, desde quando influencia sua bancada na elaboração de uma reforma constitucional de última hora. Pelas novas bases, a Assembléia suprimiu palavras restritivas, que inviabilizavam a eleição do seu irmão. Entre as consequências dessa manobra consta, portanto, a ruptura política com seu sogro e preceptor (Barão de Traipu).

Desde o início do mandato de Joaquim Paulo Vieira Malta (12 de junho de 1903), exatamente pelos artifícios desenvolvidos pelo irmão, a família Malta torna-se alvo de ataques constantes da oposição, embora sem a consistência que a situação exigia. Durante esse período, tem-se a presença de uma oposição que esbravejava através da imprensa, mas aos poucos vai adquirindo força e aglutinando nomes de peso da política local, em torno de um novo partido que se autoproclamou de “o verdadeiro” Partido Republicano do estado. Esta nova agremiação reuniu um grupo de pessoas insatisfeitas e dispostas a formar uma oposição ao governo estadual. Contudo, a autonomia política do Partido Republicano em nenhum momento esteve ameaçada, a exemplo das sucessivas eleições realizadas no período.

O fato de Euclides Malta manter essa superioridade política em Alagoas, pelo que ficou demonstrado nas sucessivas vitórias do grêmio sob sua coordenação, nos vários pleitos realizados, deve-se menos à presença efetiva de uma oposição combatente do que ao modo como se procediam as eleições no estado, de um modo geral:

A partir da criação desse novo partido, e com as cisões que ele provocou nas hostes do antigo Partido Republicano chefiado por Euclides Malta, o debate transfere-se para a Capital Federal, onde antigos aliados, agora ocupando lugares distintos da tribuna, atacam-se a cada sessão. Os motivos vão da suposta traição do Barão de Traipu pelo seu genro, até as reformas da Constituição alagoana e a ilegalidade da eleição de Joaquim Paulo. O grau de acirramento das querelas políticas e a constante utilização por parte dos políticos alagoanos das tribunas da câmara dos

deputados e da assembléia dos senadores na capital federal, entretidos na faina de esmiuçar a política estadual de Alagoas, chega a tal ponto, que os jornais do Rio de Janeiro passam a denunciar a inutilidade daquelas discussões:

Cousas da Política – O chamado caso de Alagoas não tem razão de occupar a atenção do público, e menos de tomar mais tempo aos trabalhos da Câmara e do Senado [...].

O que alli ocorreu nada mais é do que se tem passado nos demais estados, com as devidas excepções (Jornal do Brasil apud POLÍTICA alagoana, 1904, p. 1)

Em função da composição das chapas para o triênio 1906/1909, quando chega o momento de acertar a substituição do então governador, novos enfrentamentos entre antigos desafetos reacendem-se. A renúncia definitiva de Joaquim Paulo ao cargo de governador acontece apenas 12 dias antes do pleito, no dia 31/03/1906, embora desde o dia primeiro de novembro de 1905, já se encontrasse afastado do exercício do cargo, do qual fora licenciado de sua candidatura ao cargo de juiz seccional para ir tratar pessoalmente no Rio de Janeiro, “respeitando sempre o modelo constitucional”, conforme atesta *A Tribuna*. Quem assume é o vice-governador eleito coronel Antônio Máximo da Cunha Rego, o qual permanecera no poder de primeiro de novembro de 1905 a 12 de junho de 1906, quando Euclides Malta assume seu segundo mandato.

Esta não seria a primeira vez que bandos armados ameaçavam invadir a capital, a fim de garantir o ingresso ou a permanência de algum político no poder. Parte desse batalhão de homens era formada de detentos que vez por outra, sobretudo na semana-santa o governador do Estado, usando das prerrogativas que o seu cargo lhe conferia, perdoava o resto da pena a que foram condenados.

O clima de tensão verificado na capital durante o processo sucessório é agravado pela presença daqueles “facínoras beneficiados pela munificência governamental”, que em momento oportuno e quando solicitados, concorriam juntamente com o Batalhão Policial para garantir a ordem, reprimindo qualquer manifestação contrária ao Governador ou aos chefes políticos a ele associados, conforme já insinuara o mesmo jornal de oposição (PAULO Malta..., 1905, p. 1).

Depois que assumiu seu segundo mandato como chefe máximo do executivo, Euclides Malta enfrentaria outras turbulências. Ainda em 1906, pouco depois de ter assumido pela segunda vez o mandato de governador do Estado, ele manda empastelar o jornal opositor *Correio*



*de Alagoas*; o único que nos últimos três anos apresentara uma oposição mais sistemática às suas manobras políticas. Aliás, esses primeiros meses de sua administração estiveram marcados por forte tensão, em parte, devido aos boatos espalhados pela cidade de que sua cabeça encontrava-se a prêmio, como também, pelo grande número de nomeações verificadas no Batalhão Policial, motivo pelo qual a cidade viu-se tomada, alguns dias, pela presença de homens vindos do interior, sob a justificativa de garantir uma transição política tranquila e sem surpresas.

No mais, este segundo mandato correu como os demais: em meio a muitas negociatas e transações de caráter duvidoso, como por exemplo, uma nova reforma na Constituição do Estado, que garantiria a Euclides Malta sua reeleição para o último e definitivo mandato, repetindo medidas semelhantes já tomadas em outros estados como Pará, Ceará, Pernambuco – onde também predominava o estilo autocrático de fazer política.

Em 12 de março de 1909, Euclides Malta é reeleito, sem “o protesto sequer de um voto que discrepasse da unanimidade da votação”. A oposição, como era de se esperar e se utilizando dos recursos disponíveis, contesta e denuncia o modo suspeito como foi realizado o pleito, sem no entanto, obterem eco aos seus reclames. Durante a segunda administração de Euclides Malta, o Partido Republicano dominava quase absolutamente, tanto as cadeiras da Assembléia Legislativa, como as chefias municipais – 51 órgãos espalhados pelo estado, cuja unanimidade em favor da indicação do nome de Euclides teria garantido a constitucionalidade da reeleição. No entanto, as condições de governabilidade pareciam cada vez mais insustentáveis:

No rol desses acontecimentos é que surge o movimento salvacionista, diretamente associado, em nível nacional, à campanha eleitoral para sucessão de Afonso Pena em 1910, cujo principal nome era o de Hermes da Fonseca, com o apoio fundamental de Pinheiro Machado, antigo aliado na capital da República, de Euclides Malta. Segundo Douglas Apratto Tenório, a parte crítica da questão reside no fato de que, se inicialmente as oligarquias regionais foram responsáveis pelo fortalecimento, no quadro nacional, do sistema federativo, diante desse retorno dos militares à cena política, sua presença tornou-se um empecilho aos ideais renovadores apregoados pelo candidato eleito, Hermes da Fonseca (TENÓRIO, 1997, p. 112-113).

O caso mais evidente da ruptura de antigos setores oligárquicos com aqueles que ainda se mantinham governando nos estados é o de Pinheiro Machado, criador do Partido Republicano Conservador o qual congregou, ainda que provisoriamente e sem muito entusiasmo, os

setores oligárquicos nos Estados. Diante do fracasso do seu projeto, Pinheiro Machado vê-se às voltas com a campanha salvacionista, à qual adere, sacrificando antigos aliados a fim de assegurar seu prestígio junto ao Presidente eleito. Foi por sua influência que Euclides Malta prestou apoio à candidatura de Hermes da Fonseca. Porém, quando a campanha antioligárquica desencadeia-se, a cabeça desse governante seria uma das primeiras a rolar. Contudo, a campanha sucessória nos estados, entre fins de 1911 e começo de 1912, assumira uma feição que não tinha como ser modificada.

A candidatura do general Clodoaldo da Fonseca, filho de Pedro Paulino da Fonseca, primeiro governador republicano de Alagoas e parente do presidente Hermes da Fonseca, de cujo gabinete militar era chefe, apresenta-se como a mais concorrida naqueles tempos de retorno do militarismo. O convite para que aderisse às hostes do Partido Republicano já fora feito por Euclides Malta em suas inúmeras viagens à capital federal. Contudo, quem acabou conquistando sua confiança foram os opositores do Partido Democrático e sua candidatura, contagiou diversos segmentos da sociedade, desde os coronéis do interior até as camadas médias urbanas, todas empenhadas no mesmo projeto político, qual seja, a derrubada da oligarquia maltina, atualizando em Alagoas sob o nome de “soberania”, o movimento que em nível nacional convencionara-se chamar “Salvação” (TENÓRIO, 1997, p. 114).

O quadro agrava-se com o surgimento, no dia 17 de dezembro de 1911, da Liga dos Republicanos Combatentes em Homenagem a Miguel Omena, sob os auspícios de Fernandes Lima, outro importante articulador da oposição no estado, e um dos principais responsáveis pela derrubada de Euclides Malta do poder. É com o aval desse líder opositor que a Liga irá espalhar o terror em Maceió.

Se as condições de governabilidade já se encontravam afetadas pelo clima de animosidade semeado pela oposição, com a instalação da Liga, o combate e as perseguições tornam-se mais efetivos e concretos. Eles fecharam estabelecimentos públicos, distribuíam boletins insultuosos contra os partidários do *Legba*,<sup>3</sup> afugentavam inimigos políticos nas ruas e em suas próprias casas, forçando muitos deles a escapar vexatoriamente pelos fundos das residências, como foi o caso do intendente, do vice, e depois o próprio governador.

A primeira vez, em fins de janeiro, quando depois de enfrentam e desarmarem a guarda do Palácio do Governo, forçam-no a também escapar pelos fundos e viajar até o vizinho Estado de Pernambuco, em

<sup>3</sup> O significado do termo *Leba* ou *Legba* e a razão porque Euclides Malta e seus correligionários foram associados a essa entidade do panteão afro-brasileiro serão discutidos em tópico posterior.

busca de refúgio, local em que permanece por mais de um mês, em constante contato com a Capital Federal, aguardando garantia policial para retomar o poder.

No dia 10 de março, por volta do meio dia, Euclides Malta volta a Maceió, protegido por um forte aparato policial. Sua chegada é bastante tumultuada. O clima de terror se espalha pela cidade e os comerciantes assustados, cerram as portas dos seus estabelecimento. A Companhia de Trilhos Urbanos suspendeu o tráfego dos veículos e nos lugares em que o cortejo passava, entre o desembarque no Porto do Jaraguá e o Palácio dos Martírios, a população insultava a comitiva, enquanto os sinos das igrejas dobravam os finados. No mesmo dia, depois de ter assumido suas funções, Euclides Malta sofre novo revés.

Às cinco e meia da tarde, depois de percorrerem as principais ruas do centro, uma massa popular que integrava o Centro Cívico Alagoano Pró-Clodoaldo, concentra-se na praça dos Martírios em frente ao Palácio do Governo, onde seria realizado um *meeting*. Tendo resistido à intimação dos soldados do 8º Batalhão, para que interrompessem aquele comício e à consequente ordem de prisão contra suas lideranças, os manifestantes entraram em confronto com a força policial, composta naquela ocasião por não mais que 80 soldados. Resultou da troca de tiros, vários feridos, entre eles o Tenente Brayner, nomeado por Euclides Malta para o cargo de secretário do Interior e que viria a falecer dias depois; o Major Jatobá e o auxiliar do comércio João Carlos de Albuquerque. Contudo, causou maior comoção entre os manifestantes a morte do poeta e orador Bráulio Cavalcante, jovem liderança oposicionista de Alagoas, recentemente chegado a Maceió poucos dias após ter concluído o bacharelado em Ciências Sociais e Jurídicas na Faculdade do Recife e cujo funeral foi acompanhado por cerca de 8 mil pessoas, transformando-se num grande ato de protesto.

Na manhã do dia 13, um dia após a tão aguardada eleição, quando o resultado já estava mais ou menos definido e a vitória dos candidatos oposicionistas, assegurada, o Revmº Manoel Lopes, preclaro diocesano, dirigiu-se ao Palácio dos Martírios onde convenceu Euclides Malta a renunciar. Só então a vida voltou ao normal na Capital.

## ○ "PAPA DO XANGÔ ALAGOANO" E SUAS INCURSÕES PELA RELIGIÃO

Os centros espíritas, como também eram conhecidas as casas de culto afro-brasileiros de Alagoas, no período da administração de Euclides

Malta, nutriram-se de uma certa complacência por parte do poder público. Da capital e de outros municípios do interior, vez por outra, eram encaminhadas às autoridades competentes, solicitações para que fosse garantida a realização dos cultos, bem como a integridade física dos seus praticantes, constantemente ameaçada pela população local. Ao que tudo indica, o governador de Alagoas, parece ter dedicado bastante atenção a essas práticas, ou pelo menos, fez valer as constituições federal e estadual, garantindo através dos seus destacamentos, o funcionamento desses cultos, razão pela qual talvez, tenham surgido as acusações que mais tarde os adversários políticos fariam a Euclides Malta, acerca de sua suposta ligação com os terreiros da cidade onde, segundo se dizia, ele buscava proteção para se manter por tanto tempo no poder.

As notícias sobre a represália a esses cultos no período, por parte da polícia, eram incipientes. A primeira vez em que se constatou uma prisão, tendo por motivação a acusação de “bruxaria”, ocorreu em meados de 1901. Tem-se assim, a punição de uma determinada atividade mágico-religiosa, considerada marginal desde os tempos coloniais, mas que, a partir da República, com a sua regulamentação pelo Estado, gerou um embate sobre a legitimidade do combate e da perseguição a elas. A partir do caso em tela, a acusação que recaí sobre a acusada, “uma tal” de Santina, enfatiza muito mais a exploração da prudência e confiança alheias, do que a própria feitiçaria. Talvez uma tentativa de mascarar o objeto real da detenção, amparando-se no dispositivo legal tanto do Código Penal como da Constituição.

Em momento posterior, poucos dias depois de Euclides Malta ter transferido temporariamente sua residência para o bairro do Alto do Jacutinga, usando como justificativa o tratamento de saúde de um dos seus filhos, os jornais da Capital noticiaram a devassa a um terreiro existente naquelas cercanias, resultando também em detenções.

Bico Doce é mestra de Maracatu, solemnidade que se effectua quando há necessidade de falar com o pae, que é o nome da divindade aceita pela gyria boçal della e de seus frequentadores. A Casa estava cheia de crentes e é ornada de búzios, de latas, de cabeças (osso) e quanta coisa sugestiva pode obter aquella gente ignara e parva. O Sr. Capitão Braz Carootá pôz termo aquela joça, mandando para a cadeia treze devotos, sendo sete homens e seis mulheres entre as quaes a celebre Maria Bico Doce. Temos informação de que o santo tem estado alli na cabeça de muita rapariguinha, durando no máximo três a quatro dias, em que ellas ficam sonambulas para fins que reclamam seria providencia contra a tal bico doce e seus cúmplices. (POLÍTICA alagoana, 1904, p. 1)

Supõe-se ser um período de muita movimentação no calendário das celebrações religiosas, uma vez que naquela data celebravam-se em Maceió várias festividades, entre as quais, o novenário de São Gonçalo, cujo início coincidiu com a data das detenções. É possível que a festa organizada por Bico Doce já viesse se desenrolando há alguns dias, como é comum em alguns terreiros mais tradicionais, que reservam às vezes uma semana para comemorar o santo da casa. Existem indícios de que o lugar onde se realizavam os festejos era mesmo uma casa de Xangô e sua existência já devia ser do conhecimento das pessoas do local, o que tornava impossível escapar ao controle das autoridades policiais. Isso leva a crer que seu funcionamento contava com a aquiescência dessas autoridades. A reprimenda sofrida naquele fatídico ano de 1904 se dá, talvez em função do incômodo que porventura os atabaques estivessem causando, interrompendo dessa maneira o sossego que a família de Euclides Malta buscou no bairro.

A partir de 1903, embora por um curto período de tempo, tornam-se comuns os pedidos de autorização para o funcionamento, senão de casas propriamente de culto religioso, pelo menos de certo tipo de divertimento que guardava com aquelas práticas religiosas inúmeras aproximações. Trata-se dos folguedos populares das mais diversas espécies como *fandangos*, *congos*, *reisados*, *presépios*, *marujada* e o próprio *maracatu* que dentre todos, era o que mais se aproximava do Xangô, tanto pelos aspectos estéticos e rítmicos, como pelo fato de seus organizadores serem também pessoas ligadas àquela religião.

Tais situações remetem a uma característica básica do relacionamento entre o poder oficial, através dos seus aparelhos de controle, e os grupos populares responsáveis pela organização dos folguedos, o qual se encontra marcado por uma certa ambiguidade. Interesses forjados culturalmente talvez expliquem essa aparente contradição presente na classificação dessas práticas religiosas, bem como na sua receptividade ou negação, o que resulta, por um lado, em atitudes hostis para com manifestações que em outras situações são legitimadas e permitidas.<sup>4</sup>

Assim, fica a impressão de que com exceção das prisões relatadas, aquelas práticas religiosas parecem ter se beneficiado da benevolência do governador que pode ter pago um preço muito alto pela associação do seu nome com essas casas de culto. Contudo, não é de todo descabido pensar que um político daquela envergadura, na posição de representante máximo do poder estadual, fizesse suas visitas às casas de cultos

<sup>4</sup> Sobre essa “esquizofrenia” em relação às religiões afro-brasileiras e seus desdobramentos seculares, cf. Fry (1998, p. 439-471); Dantas (1988); Maggie (1992).

africanos ou que consultasse os orixás sobre os destinos reservados à sua carreira eleitoral. Aliás, esse refluxo da política sobre a religião já foi bastante explorado por inúmeros estudiosos em outras localidades (Cf. RIO, 1976; RODRIGUES, 1935).

Alguns meses após a posse de Euclides Malta como senador, em 8 de maio de 1904, da própria tribuna daquela Câmara, na capital federal, surgem as primeiras insinuações acerca de supostas associações do ex-governador com integrantes dos xangôs de Alagoas, conforme se pode depreender da polêmica envolvendo o nome de dois funcionários do Estado levados por ele em sua comitiva para o Rio de Janeiro. Um deles era mais conhecido pela alcunha de Manoel Inglês e na crônica alagoana é descrito como “negro retinto, ótimo cozinheiro, residente na Ladeira do Brito e dono de afamado terreiro de Maceió” (LIMA JUNIOR, 2001, p. 154). A ligação desse antigo servente da Recebedoria do Estado com o ex-governador de Alagoas seria bastante alardeada através dos órgãos oposicionistas, *Jornal de Debates e Correio de Alagoas*.

Contudo, a quantidade de material disponível sobre o assunto é irrisória, o que impede discernir a veracidade de certas acusações. Além da matéria de 1906, que trazia as associações mais diretas entre o governador e as casas de culto, e outras menos enfáticas, quase nada se falou a respeito. Interessante notar que, mesmo no auge dos ataques desferidos pelos adversários políticos de Euclides Malta, quando inclusive a campanha sucessória de 1911 já estava definida, essa associação quase não aparece. Durante todo o segundo semestre daquele ano, o jornal *Correio de Maceió* dedica todos os seus editoriais a atacar as últimas medidas administrativas de Euclides Malta, e até mesmo desencavando manobras políticas realizadas em gestões anteriores. As referências aos terreiros de Xangô aparecem muito sutilmente, mais especificamente, em dois momentos, na coluna intitulada “Boatos e Boatinhos”, onde o articulista, “Pretinho dos Boatos”, no auge das acusações contra aquele Governador, escreve: “É voz corrente [...] que, quando o Dr. Euclides Malta sente qualquer dificuldade política, nota-se que funcionam ou trabalham todas as casas de Xangô, existentes nesta cidade” (BOATOS e boatinhos, 1911, p. 2). Na mesma coluna, dias depois, o assunto voltaria a baila:

Fala-se [...] que sua majestade não desceu de seus aposentos no domingo e ontem; está acamado e a caldos de galinha; que alguns esculapios reaes consultados, diagnosticaram tratar-se do mal triste governamental e receitaram emplastos adhesivos. [...] que os xangôs trabalharão todos os domingos, o que quer dizer: a oligarchia está moribunda... (BOATOS e boatinhos, 1911, p. 2)

Somente o *Jornal de Alagoas* na série de matérias intituladas “Bruxaria”, escritas por ocasião do Quebra de 1912, estabelecera de modo mais direto essa ligação. Em inúmeras passagens assistimos essa ligação sendo explicitamente indicada. Esse jornal traz inúmeras denúncias de que a frequência do governador a essas casas ia além da simples curiosidade ou como forma de prestigiar, com fins eleitoreiros, as atividades ali desenvolvidas.

Sabia-se que entre o nefasto governo do Sr. Euclides Malta e as inúmeras casas de feitiçaria barata, profusamente espalhadas pela cidade, existia a mais estreita afinidade. Sabia-se que a grande força em que o inepto oligarca apoiava o seu governo era o Xangô, e com essa confiança no fetiche ignorante mantinha em completa debandada todos os outros poderes orgânicos do Estado [...] Sabia-se que o Sr. Euclides Malta e os áulicos palacianos assiduamente frequentavam esses antros endemoniados, que entre nos, para escarneio de uma população inteira, constituíam ameaçadores e perigosos focos de indolência e prostituição. (JORNAL de Alagoas S, 1912, p. 1)

No período em que se verifica a destruição das casas de Xangôs de Maceió, o terreiro supostamente frequentado por Euclides Malta era o da Tia Marcelina, situado na antiga rua da Aroeira, nas imediações da atual praça Sinimbu. Esse teria sido um dos primeiros focos das perseguições realizadas pela turba enlouquecida, ainda no primeiro dia de fevereiro, quando as suas instalações foram invadidas por mais de quinhentas pessoas, segundo o jornalista do *Jornal de Alagoas* que se encontrava no local, na ocasião. Foi num dos aposentos dessa casa, mais especificamente no que se convencionou chamar de Pejji, que foram encontrados retratos que atestaram essa ligação entre o Governador e os xangôs:

Dizia-se que o ‘Xangô’, o pupilo do Sr. Euclides Malta, trabalhava por ordem deste para que morressem antes das respectivas eleições os intemeratos Cel. Clodoaldo da Fonseca e o Dr. Jose Fernandes de Barros Lima [...].

Em muitas dessas casas foram encontrados documentos preciosos que a sofreguidão do povo destruiu e nos quartos reservados e escondidos as vistas dos profanos, ardiam velas em redor de figuras grotescas que eles fantasiavam ser o Cel. Clodoaldo da Fonseca ou o Dr. Jose Fernandes. Debaixo das vestes de um ‘leba’ ídolo com chifres, foi encontrado um retrato do Cel. Clodoaldo da Fonseca, virado de cabeça para baixo, como refém de futuros acontecimentos. [...] Um bode sacrificado a ‘Oxalá’ tinha pendurado no pescoço o retrato do Cel. Clodoaldo da Fonseca

e esse bode, entre açaás, moringas, pratos, moedas de cobre e outros ingredientes estava destinado a ser enterrado na praia.

Em outras foram achados dois retratos do Cel. Clodoaldo e do Dr. Fernandes Lima, sob um montículo de barro fedorento e aluminado por quatro velas de sebo. Eis todo o cortejo bestial que cercava e prestava mão forte ao Governo do Sr. Euclides Malta. (JORNAL de Alagoas, 1912, p. 1)

As acusações contidas nas matérias publicadas no referido jornal, referem-se ao período que culminou com a campanha persecutória contra uma possível permanência de Euclides Malta no poder. O epíteto de *Leba* a que elas se referem e que recairia sobre Euclides Malta e seus correligionários, deve porém, ser buscado numa versão mais plausível, no caso, um livro de crônicas *Alagoas Pitoresca*, escrito por Edu Blygher, onde é relatada a situação em que o governador ficou conhecido por aquele designativo:

Chico Foguinho, o pioneiro dessa seita entre nós, nos primeiros passos para a sua constituição foi a Palácio, acompanhado dos seus irmãos Japyassu, Cesário Thompsom, Chico de Teça e vários outros crentes, [...] e convidaram o Governador, para honrar com a sua presença, a sessão inicial dos ofícios inaugurais do culto aludido. Euclides, dentro do seu velho princípio, em virtude do qual, melhor seria estar bem com todos, do que ter alguém ou alguma coisa que lhe pudesse fazer algum mal, aceitou o convite e lá se foi para a tal inauguração do Xangô do Foguinho, na rua Santa Maria.

Em lá chegando, Japyassu, como que introdutor diplomático e palavra passada com a irmandade, aclamou o seu chefe Euclides, como representante máximo de Deus Leba, ou seja, o Papa do Xangô alagoano. Euclides meio embaraçado com a surpresa, recebeu, todavia, aquela honraria, como uma simples palhaçada e com sua proverbial bondade e indiferença a uns tantos preconceitos sociais, dentro sempre do seu inseparável princípio já anunciado [...] submeteu-se ao 'Beija mão dos fiéis', coroou os santos, desde o maior ao menor e ao terminar toda essa cerimônia ritual, ao retirar-se, chamou Chico Foguinho e toda a corja macumbeira e disse-lhes: Bem, está tudo certo e faço votos pela felicidade de todos vocês, mas eu os advirto de que, acima desse tal de papado está o meu poder secular. Em caso, pois de conflito entre os dois, podem ficar certos, o papa de vocês desaparece, para ficar o governador zelando pelo bem estar do povo que governa. E, outrossim, declaro, ainda que para evitar massadas e nova visita ao templo xangoriano, como papa não devo andar muito a mostra, de modo que,



sem arredar o pé do vaticano farei de lá, tudo que julgar necessário aos interesses de vocês. E retirou-se com grande séquito de papalinos [...]. [...] E está aí, salvo melhor juízo, a origem do lebismo nas Alagoas. Só tempos depois do Euclides fora do Governo, é que veio ele saber dessa história do seu papado e da razão por que seus amigos eram chamados Lébas...E ao pôr-se ao par de tudo isso, dando uma gargalhada, declarou: ‘nunca tal coisa se deu na minha vida, e nem nunca sequer, por curiosidade, entrei nessas casas de macumbas e feitiçarias’[...] E como estas, foram muitas acusações que lhe fizeram. (BLYGHER, 1951, p. 12-14)

Este é sem dúvida o depoimento mais extenso encontrado sobre a suposta ligação de Euclides Malta com os terreiros de Xangô de Maceió, embora sua utilização deva ser feita com cuidado, por assumir em suas últimas linhas a forma de uma defesa que se tornou recorrente entre os tinham apreço pelo ex-governador, os quais tentaram livrá-lo do estigma de macumbeiro que o perseguia. Essa contestação sempre se apresenta quando o objeto dos ataques é alguém de grande projeção nos meios políticos, o que não significa dizer que as suspeitas levantadas sejam totalmente descabidas ou exclusivas de uma época.

Sendo ou não fidedignos tais relatos, é o fato de estarem associados à figura do então governador que torna as casas de culto vulneráveis à devassa que se inicia naquele fatídico 2 de fevereiro. Esse período, portanto, coincide com uma mudança na direção dos ventos. Os tempos não eram mais os mesmos. A tranquilidade daqueles dias, nos quais a realização dos toques nos terreiros se dava de forma corriqueira, com a aprovação das autoridades locais, estava com seus dias contados. A situação política exigia cautela e moderação, já que o papa do Xangô alagoano, grande protetor daquelas casas achava-se afastado de suas funções governamentais. Porém, obrigação com orixá é coisa sagrada e quando entra na cabeça do devoto, não tem cristão que a demova. A vingança veio a cavalo e abateu-se sobre aquelas casas como uma tempestade. Os pais e mães de santo de Maceió pagaram caro pelas suas alianças. Nenhum deles pode rogar a proteção dos orixás e se o fizeram, estes não lhes valeram.

Quando ecoou o grito de guerra, “Quebra!”, os “cabras” da Liga que a essa altura não deviam obediência a qualquer autoridade, nem terrena, nem sobrenatural, caíram com toda sua fúria sobre os terreiros. Os primeiros a serem atingidos foram aqueles que se localizavam nas proximidades da sede da liga. A “súcia” enfurecida entrava porta adentro quebrando tudo que encontrava pela frente, fazendo jus à determinação do líder, e batendo nos filhos de santo que se demoraram na fuga. Diver-

sos objetos sagrados, utensílios e adornos, vestes litúrgicas, instrumentos utilizados nos cultos, foram retirados dos locais em que se encontravam e lançados no meio da rua, onde se preparavam grandes fogueiras. Entre rosários e colares de ofás, colocava-se também imagens de santos representativas do *Leba* ou foram expostas a zombaria durante o cortejo que ainda percorreria outras casas de culto situadas nos arredores.

A procissão errante, composta de quase 500 pessoas invadiu os recintos ainda em atividade, transformando aquela manifestação num verdadeiro carnaval, formato que certas revoltas populares assumem em algumas ocasiões históricas. Móveis e utensílios eram queimados no próprio lugar onde se encontravam, enquanto outros tantos paramentos e insígnias usados nos cultos eram arrastados para fora dos terreiros, para arderem na grande fogueira montada. Na confusão, alguns dos filhos de santo conseguiram escapar. Os que insistiram em permanecer no local sofreram toda sorte de violência física.

Muitos dos objetos utilizados pelos filhos de santo nos cultos daquela casa perderam-se ou foram desviados em função do seu valor econômico, como pulseiras e braceletes de prata, e anéis de ouro cravejados de pedras semipreciosas, cujo paradeiro até hoje se desconhece. Outros objetos como esculturas e fetiches foram conservados e conduzidos para a sede da Liga dos Republicanos Combatentes, para serem expostos à visitação pública.

Com alguns dos instrumentos que minutos antes serviam ao embalço dos cultos e uma revoada de alfaias exibidos nas extremidades de varas, a turba percorreu inicialmente algumas ruas da Levada, em direção ao centro da cidade, agregando em seu cortejo novos adeptos, atraídos pelo ruído desusado e gargalhadas zombeteiras, confiante de que se tratava de uma das prévias do bloco dos Morcegos em adiantada hora da noite. A presença de Manoel Luiz da Paz à frente daquele cortejo, com suas indefectíveis muletas, atestava a identificação da agremiação.

Depois de terem percorrido os principais xangôs do centro da cidade, muitos combatentes já cansados de tanta devassa retornaram à sede da Liga, acompanhando o presidente da entidade, para depositar os objetos apreendidos durante a devassa, que seriam expostos à visitação pública por dias. Os demais manifestantes que residiam em áreas mais afastadas da cidade, sem dispor dos bondes que àquela hora já tinham interrompido seus serviços, iam por conta própria estendendo a quebradeira a esses locais mais remotos, enquanto se deslocavam para suas casas. Confiantes na falta de policiamento da cidade, decorrente do grande número de deserções na força pública que compunha o Batalhão Policial verificado

nos últimos dias, iam perturbando o sossego dos moradores das ruas por onde passavam com gritos e exclamações sem termo, apavorando os donos de xangôs e obrigando-os a escapar na calada da noite para lugar incerto, deixando para trás, objetos sagrados que não podiam ser conduzidos em sua fuga. Durante todo o fim de semana prossegue a investida aos terreiros espalhados pela cidade.

Na sexta-feira da semana seguinte, morria no Rio de Janeiro o Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores. Em sua homenagem o Presidente da República baixou um decreto adiando os festejos carnavalescos para o mês de abril seguinte. O povo, no entanto, não cumpriu a determinação do executivo, brincando os dois carnavais. Na época, o jornal carioca *A Noite* satirizou o episódio, publicando em suas páginas os versos seguintes: “Com a morte do barão/ tivemos dois carnavá/ ai que bom, ai que gostoso/ Se morresse o ‘marechá””, para se referir ao Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República. É possível que em Maceió, na mesma época, a população tivesse evocado esses versos, acrescentando à quantidade de brincadeira da glosa original, mais um carnaval que eles haviam brincado uma semana antes.

#### ABSTRACT

*The first years of the 20th century in the Governor Euclides Malta was ahead of power in Alagoas, were marked by a succession of popular; having one Governor as its main agent. The purpose of this article is the path it Governor and identify some of the elements that culminated in its deposition in 1912, including the “Operation Shango” by which was known in the Alagoas episode involving the destruction of the main houses of worship that capital and municipalities.*

Keywords: *Euclides Malta; First Republic; Operation Shango.*

#### REFERÊNCIAS

- BLYGHER, Edu. *Alagoas Pithoresca*. Maceió: Imprensa Oficial, 1951.
- BOATOS e Boatinhos. *Correio de Maceió*, Maceió, ano 6, n. 201, p. 2, 11 dez. 1911a.
- BOATOS e Boatinhos. *Correio de Maceió*, Maceió, ano 6, n. 203, p. 2, 14 dez. 1911b.
- BRUXARIA. *Jornal de Alagoas*, Maceió, ano 5, p. 1, 04 fev. 1912.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano*. v. 3. São Paulo: Difel, 1977.

CARONE, Edgar. *A República Velha*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1975.

DANTAS, Beatriz Góes. *Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FEITICEIROS e feiticeiros. *A Tribuna*, Maceió, ano 9, n. 2124, p. 1, 26 abr. 1904.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: Record, 1990.

\_\_\_\_\_. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FRY, Peter. As religiões africanas fora da África: o caso do Brasil. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1998. p. 439-471. Separata de: *Povos e Culturas*, Lisboa, n. 6, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JORNAL de Alagoas, Maceió, p. 1, 04 fev. 1912.

LIMA JUNIOR, Félix. *Maceió de Outrora: obra póstuma*. Maceió: Edufal, 2001.

MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MENDONÇA JÚNIOR, A. S. *Jornal de Alagoas*. Maceió: Casa Ramalho, 1966.

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Política ambígua. In: NOVAES, Regina et al. (Org.). *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.

PAULO Malta, o magnânimo. *Correio de Alagoas*, Maceió, ano 1, n. 92, p. 1, 27 abr. 1905.

PIPAROTES. *A Tribuna*, Maceió, n. 2198, p. 1, 30 jul. 1907.

POLÍTICA alagoana. *A Tribuna*, Maceió, ano 9, n. 2229, p. 1, 10 set. 1904.

RIO, João do. *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.

RODRIGUES, Nina. *O animismo fetichista dos negros bahianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *Metamorfose das oligarquias*. Curitiba: HD Livros, 1997.